



Esplanada

# Pastores controlam agenda e liberação de dinheiro no Ministério da Educação

Com livre circulação no MEC, religiosos ligados ao titular da pasta, Milton Ribeiro, atuam na intermediação com prefeitos que buscam recursos federais para a área

BRENO PIRES  
FELIPE FRAZÃO  
JULIA AFFONSO  
BRASÍLIA

O gabinete do ministro da Educação, Milton Ribeiro, foi capturado por um grupo de pastores ligados a ele. Embora não tenham vínculos com a administração pública nem com o setor de ensino, segundo apurou o **Estadão**, eles formam um gabinete paralelo que facilita o acesso de outras pessoas ao ministro e participam de agendas fechadas onde são discutidas as prioridades da pasta e até o uso dos recursos destinados à educação no Brasil.

Com trânsito livre no ministério, os pastores atuam como lobistas. Viajam em voos da FAB e abrem as portas do gabinete do ministro para prefeitos e empresários. O grupo é capitaneado pelos pastores Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, e Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da entidade (*mais informações na pág. A8*).

O **Estadão** identificou a presença dos dois em 22 agendas oficiais no MEC, 19 delas com o ministro, nos últimos 15 meses. Algumas são descritas como reuniões de "alinhamento político" na agenda oficial de Ribeiro, que também é pastor. Os pastores operam em duas frentes: levam prefeitos a Brasília, participando de encontros no MEC, e acompanham o ministro em viagens pelo País. No dia 16 de fevereiro último, Ribeiro e o pastor Arilton receberam, no gabinete do MEC, a prefeita de Bom Lugar, no Maranhão, Marlene Miranda (PCDoB), e o marido dela, Marcos Miranda. Segundo ele, a reunião foi para tratar da liberação de R\$ 5 milhões para construção de uma escola na cidade. Miranda disse que "o encontro foi agendado para tratar de assuntos do município, e não de igreja". Questionado se foi preciso fazer uma contribuição ao pastor, respondeu: "Que eu saiba, não".

Numa viagem de Ribeiro ao município de Centro Novo do Maranhão (MA), em maio do ano passado, o pastor Gilmar dos Santos afirmou, de forma categórica, que era o responsá-



Ministro da Educação, Milton Ribeiro, entre os pastores Gilmar dos Santos (à esq.) e Arilton Moura em evento no MEC; acesso livre à pasta

vel por garantir verbas para prefeituras. "Estamos fazendo um governo itinerante, principalmente através da Secretaria de Educação, levando aos municípios os recursos, o que o MEC tem, para os municípios", disse em vídeo ao qual **Estadão** teve acesso. A prefeitura da cidade de 22 mil moradores é comandada por Junior Garimpeiro, do Progressistas.

No evento, o ministro da Educação disse que preferia fazer o contato direto com os gestores municipais, sem a intermediação de deputados ou senadores - função que agora cabe aos seus "amigos" pastores. "Nós já fizemos em alguns lugares. Sem política, sem discurso de parlamentar nenhum. Respeito ao parlamentar, mas é técnica", afirmou.

**'USURPAÇÃO'**. Especialistas em Direito Público consultados pelo **Estadão** veem indícios de irregularidade e até mesmo tráfico de influência na ação dos pastores. Na avaliação do advogado Cristiano Vilela, praticar atos dentro do gabinete do ministro e fazer anúncios oficiais em atos do governo poderiam ser enquadrados como usurpação da função pública. "Qualquer pessoa pode levar determinados pleitos a algum representante do poder público. É legítimo. Ago-

**"Estamos fazendo um governo itinerante, principalmente através da Secretaria de Educação, levando aos municípios os recursos, o que o MEC tem, para os municípios."**

**Gilmar dos Santos**

**Líder da Cristo para Todos, em vídeo ao qual o 'Estadão' teve acesso**

ra, a partir do momento que passa a ser uma prática, um exercício de uma atividade pública (*por alguém que não faz parte da administração*), configura o crime", disse Vilela.

No dia 7 de agosto, os pastores levaram o ministro para uma agenda com prefeitos em Coração de Maria (BA), de 28 mil moradores, governada por Kley Lima, outro prefeito do Progressistas. Ao discursar na solenidade, o pastor Arilton Moura agradeceu a presença de Milton Ribeiro, deixando claro que ele havia patrocinado a visita do ministro.

"Houve o maior interesse de trazer o ministro, nosso irmão, nosso amigo, para cá", disse o religioso. "Esse é o nosso governo. É o governo do presidente Jair Bolsonaro." Ribeiro, por sua vez, saudou "meus amigos Arilton e Gilmar". "As

coisas aconteceram também pela instrumentalidade dos senhores", disse o ministro.

**CENTRÃO**. Os pastores atuam especialmente na intermediação entre a pasta e prefeitos do Progressistas, do PL e do Republicanos, legendas que integram o núcleo duro do Centrão. O bloco de partidos comanda o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O órgão que concentra os recursos do ministério é presidido por Marcelo Ponte, ex-assessor do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, chefe do Progressistas. De um orçamento de R\$ 45 bilhões do MEC em 2022, o FNDE possui R\$ 945 milhões.

Em 11 de março do ano passado, mais uma reunião no gabinete de Ribeiro com a presença dos dois pastores e representantes de 20 municípios. O site da prefeitura de Vianópolis (GO) informa a presença do ministro da Educação e dos religiosos "que, juntos, conduziram a reunião com as autoridades convidadas". O objetivo omitido da agenda oficial aparece no informe da prefeitura de Vianópolis: "A reunião foi para orientar sobre os recursos ligados à educação".

**'AMIZADE'**. Durante congresso religioso em outubro passado,

em Camboriú (SC), Milton Ribeiro voltou a ressaltar a ligação entre ele e os pastores. "Quero agradecer o honroso convite que eu tive da liderança aqui desse nosso encontro, à minha amizade ao pastor Gilmar, Arilton, que estão lá em Brasília, mais perto", afirmou. Gilmar dos Santos retribuiu. "Nesses últimos anos, Deus me deu esse privilégio de comungar uma comunhão e uma amizade muito sólida com o pastor Milton Ribeiro", disse. "Minha gratidão ao pastor Arilton Moura, fique de pé, pastor Arilton, pastor da nossa convenção, que é nossa base ali em Brasília."

Foi num encontro de prefeitos com Milton Ribeiro, em janeiro do ano passado, na sede do MEC, que o pastor Gilmar dos Santos explicou sua atuação. "Nós solicitamos esta reunião com o ministro para trazer ao conhecimento dele vários prefeitos que trabalham também com a igreja", disse. "Muitos deles são obreiros da nossa igreja e estão exercendo lá sua administração da maneira que o presidente da República defende, sem corrupção."

Procurado, Ribeiro não se manifestou. O **Estadão** tentou contato com os pastores por meio da Assembleia de Deus Cristo para Todos, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição. ●

AG



POLÍTICA

Video: pastores têm livre acesso ao Ministério da Educação



TERÇA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2022  
O ESTADO DE S. PAULO

Gabinete paralelo

# MEC acelerou liberação de verbas a prefeitos após mediação de pastores

Reuniões marcadas por Gilmar Santos e Arilton Moura, ambos sem vínculos com a pasta, resultaram em empenhos de R\$ 9,7 milhões; repasses foram feitos em até 16 dias

ANDRÉ SHALDERS  
BRENO PIREES  
BRASÍLIA

O gabinete paralelo formado por pastores no Ministério da Educação tem obtido uma taxa de agilidade na liberação de verbas da pasta para municípios fora dos padrões de repasses federais. Desde o começo do ano passado, os religiosos Gilmar Santos e Arilton Moura, que, como revelou o **Estado**, controlam a agenda do ministro Milton Ribeiro, intermediariam encontros de prefeitos no MEC que resultaram em pagamentos e empenhos (reserva de valores) de R\$ 9,7 milhões dias ou semanas após promoverem as agendas.

Em um dos casos, uma prefeitura conseguiu o empenho de parte do dinheiro pleiteado apenas 16 dias depois do encontro mediado pelos religiosos. Só em dezembro foram firmados termos de compromisso, uma etapa anterior ao contrato, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e nove prefeituras, de R\$ 105 milhões após reuniões com os pastores.

## Religiosos Prefeitos admitiram que Gilmar Santos e Arilton Moura intermediariam reuniões no MEC

Especialista em finanças públicas, Eduardo Stranz afirmou que é “difícil” um prefeito conseguir liberar recursos em apenas 16 dias. “Isso é muito difícil. Temos coisas que não são pagas desde 2010, para você ter uma ideia. Conseguir essa liberação tão rápido... tem que ter muita vontade de todo mundo para sentar e conseguir essa liberação do dinheiro”, disse ele, que é consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM). “Isso tudo envolve muita burocracia, muito papel, muita negativa.”

Ao menos 48 municípios foram contemplados após encontros com pastores entre os primeiros meses de 2021 até agora, sendo 26 deles com recursos próprios do FNDE – o restante recebeu dinheiro de emendas do orçamento secreto.

A prefeita Marlene Miranda, de Bom Lugar (MA), teve o pedido de dinheiro atendido em apenas 16 dias, prazo fora dos padrões da distribuição de recursos federais. Em 16 de fevereiro, ela esteve no MEC acompanhada do marido, o ex-prefeito Marcos Miranda, numa agenda intermediada pelos religiosos Gilmar Santos e Arilton Moura. No último dia 4, o FNDE reservou R\$ 200 mil para pagamento à prefeitura. O recurso foi destinado para a construção de uma escola de educação infantil, obra estimada pelo município em R\$ 5 milhões. Procurada, a prefeita não quis comentar.

**RAPIDEZ.** Tal celeridade não é usual na liberação dos recursos. Não é raro que um pagamento caia na rubrica de “restos a pagar” e demore anos para ser quitado. Em 2021, por exemplo, o FNDE quitou um empenho de R\$ 198,7 mil destinado à Secretaria de Educação de Pernambuco cuja data original era de novembro de 2012, quase dez anos antes.

Dos recursos empenhados, a maior parte (R\$ 5,2 milhões) foi para a rubrica orçamentária de “apoio à infraestrutura para a educação básica”, que inclui a construção de creches e escolas. Também foram liberados recursos para a compra de ônibus escolares e para a construção ou reforma de quadras de esportes, além da compra de materiais didáticos.

Outro caso de liberação célere de recursos ocorreu em Centro Novo do Maranhão. Em maio passado, o pastor Gilmar Santos levou o ministro da Educação à cidade de 22 mil habitantes. Noventa e seis dias depois, em 18 de agosto, o ministério empenhou R\$ 300 mil para a construção de uma escola infantil. Na ocasião da visita, o pastor deixou claro seu papel no evento: “Estamos levando aos municípios os recursos”.

Advogados dizem que os religiosos podem ter incorrido no crime de usurpação de função pública, punível com até dois anos de prisão, por não terem cargo no ministério, mandato parlamentar ou ligação com o setor de ensino. Em encontros promovidos com os dois pastores, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, já declarou que prefere fazer o contato

## Atuação



### Reunião

Na manhã do dia 16 de fevereiro, uma quarta-feira, a prefeita de Bom Lugar, no Maranhão, Marlene Miranda (PCdoB), esteve em Brasília para uma reunião com o ministro da Educação, Milton Ribeiro. O encontro foi intermediado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

### Demandas

De acordo com o site da prefeitura de Bom Lugar, Marlene Miranda entregou a Milton Ribeiro uma pauta de demandas, como a “construção de novas escolas e novos ônibus escolares”.

### Liberação

Apenas 16 dias depois da reunião entre prefeita e ministro, o sistema de pagamentos do governo federal, o Sinfra, registrou um empenho de R\$ 200 mil para a prefeitura de Bom Lugar. O empenho é uma reserva que o governo federal faz para quitar depois. Segundo a nota de empenho, o dinheiro se destinava ao “apoio

à implantação de escolas para educação infantil”.

### Recursos

Desde o começo do ano passado, pelo menos 48 prefeitos que participaram de reuniões intermediadas pelos pastores conseguiram a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Entre empenhos e pagamento de débitos antigos, foram R\$ 9,7 milhões.

### Termo de compromisso

O dinheiro empenhado representa uma pequena parte do valor prometido pelo FNDE aos municípios por meio dos chamados “termos de compromisso”. Em pelo menos nove das 48 cidades, estes “termos” somaram R\$ 105 milhões.

### Pagamentos

Em Bom Lugar, foram três “termos de compromisso” com o FNDE que somaram quase R\$ 20 milhões. Os termos foram assinados entre 22 e 31 de dezembro de 2021. A cidade já tinha recebido outros pagamentos no ano passado, antes mesmo da assinatura dos termos.



Ribeiro entre os pastores Gilmar Santos (à esq.) e Arilton Moura

com os prefeitos sem a intermediação de parlamentares.

**OBRAS.** Também em agosto, a cidade de Amapá do Maranhão recebeu o empenho de R\$ 300 mil para a construção de uma escola de educação básica. Três meses antes, a prefeita esteve em Brasília para uma visita ao ministro da Educação –

novamente, com a presença de Gilmar e Arilton.

No caso de Guataparã (SP), o município conseguiu receber no ano passado R\$ 21,4 mil do FNDE para a compra de ônibus escolares para crianças da zona rural. O pedido estava repassado desde junho de 2019, mas foi liberado depois que representantes da cidade esteve-

ram no MEC acompanhados dos pastores em duas ocasiões: em 23 de dezembro de 2020 e em 27 de maio de 2021.

Situação parecida ocorreu em Israelândia (GO). A cidade conseguiu, em 2021, quitar um empenho de R\$ 214 mil para a compra de ônibus escolares que estavam inscritos nos chamados “restos a pagar”, o que ocorre quando a verba federal é empenhada, mas não paga. No caso de Israelândia, o empenho original era de dezembro de 2021. A prefeita Adeliça Moura (PSC) esteve no MEC em janeiro passado. Foi incluída na reunião por Arilton. “O rapaz que organizou para ele (Arilton) que me incluiu na lista dessa reunião”, disse ela. Procurada, a prefeita afirmou que a entrega não teve relação com a reunião no ministério.

As agendas dos pastores incluem reuniões também com Djaci Vieira de Souza, chefe de gabinete de Milton Ribeiro. Em 24 de fevereiro de 2021, Arilton solicitou e foi recebido em audiência levando o prefeito de Tuntum (MA), Fernando Portela (Solidariedade). A agenda do MEC registra a reunião com o tema “obras”. Em dezembro, o município celebrou termos de compromisso de R\$ 1,2 milhão e de R\$ 279,2 mil, para compra de veículos. Do montante total, R\$ 280 mil já foram empenhados.

**LIDERANÇAS.** Gilmar e Arilton se apresentam como presidente e assessor da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, respectivamente. O **Estado** revelou que eles participaram de 22 agendas oficiais do MEC, sendo 19 delas com a presença do ministro, do ano passado para cá.

Procurados, os religiosos admitiram que levam prefeitos ao gabinete de Milton Ribeiro, mas não explicaram por que participam de reuniões onde são discutidas liberações de recursos. Disseram que não pedem contrapartida pelo acesso ao ministro e que fazem isso porque são “homens de Deus”. “Nunca houve (contrapartida)”, disse Gilmar. Arilton alegou que nunca participou de reunião sobre obras, embora conste de agenda do MEC. O ministério não comentou. ●

ACERVO



O ESTADO DE S. PAULO

Copyright © 1875-2012. Todos os direitos reservados



## Gabinete paralelo

# Pastor pediu 1 kg de ouro para liberar recursos do MEC, afirma prefeito

Gilberto Braga (PSDB), prefeito de Luís Domingues, diz ao 'Estadão' que Arilton Moura cobrou propina em abril de 2021, em Brasília, após reunião com o ministro Milton Ribeiro

BRENO PIRES  
ANDRÉ SHALDERS  
JULIA AFFONSO  
BRASÍLIA

Um dos pastores que controlam um gabinete paralelo no Ministério da Educação pediu pagamentos em dinheiro e até em ouro em troca de conseguir a liberação de recursos para construção de escolas e creches, disse ao *Estadão* o prefeito do município de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB). Segundo o prefeito, o pastor Arilton Moura solicitou R\$ 15 mil antecipados para protocolar demandas da prefeitura e mais um quilo de ouro após a liberação dos recursos. "Ele (Arliton) disse: 'Traz um quilo de ouro para mim'. Eu fiquei calado. Não disse nem que sim nem que não", afirmou Braga, que diz não ter aceitado a proposta.

O prefeito afirmou que a conversa ocorreu em abril de 2021 durante almoço no restaurante Tia Zélia, em Brasília, logo após uma reunião com o ministro Milton Ribeiro no Ministério da Educação. A reunião no MEC, fora da agenda oficial do ministro, foi uma das diversas solicitadas pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos.

"Ele disse que tinha que ver a nossa demanda, de R\$ 10 milhões ou mais, tinha que dar R\$ 15 mil para ele só protocolar (a demanda no MEC). E, na hora que o dinheiro já estivesse em-

penhado, era para dar um tanto, X. Para mim, como a minha região era área de mineração, ele pediu 1 quilo de ouro", afirmou Braga ao *Estadão*. Na ocasião de ontem, um quilo de ouro valia R\$ 304 mil.

"Ele (Arliton) falou, era um papo muito aberto. O negócio estava tão normal lá que ele não pediu segredo, ele falou no meio de todo mundo. Inclusive, tinha outros prefeitos do Pará. Ele disse: 'Olha, para esse daqui eu já mandei tantos milhões, para outro, tantos mi-

"Ele (Arliton) disse: 'traz um quilo de ouro'."

Gilberto Braga  
Prefeito de Luís  
Domingues (MA)

lhões", declarou, se referindo a verbas do MEC. "Assim mesmo eu permaneci calado, não aceitei a proposta", disse o prefeito. Braga afirmou que até hoje não recebeu os recursos que solicitou no MEC.

**DEMANDAS.** Também nesse encontro, segundo o *Estadão* apurou, o pastor repassou o número da sua conta-corrente para que prefeitos anotassem e pudessem fazer os repasses da taxa de R\$ 15 mil, apenas para dar entrada nas demandas ao ministério. Um dos presentes relatou que, após deixar "as demandas na mão" de Arilton, recebeu a conta do



O Prefeito Gilberto Braga está nesse momento em Brasília (DF) na reunião dos prefeitos maranhenses com o Ministro da Educação Milton Ribeiro, Senador Roberto Rocha e a equipe do MEC. Na esperança de ampliar cada vez mais a educação no município o prefeito busca alinhar com o Governo Federal uma solução para conclusão da creche do bairro Bacuri.

Post da prefeitura de Luís Domingues (MA); reunião com Ribeiro

**Ministro nega benefício a municípios indicados pelos religiosos**

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, negou ontem o favorecimento de prefeituras indicadas pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura e afirmou que o presidente Jair Bolsonaro nunca pediu atendimento preferencial a religiosos na liberação de recursos do MEC. "O presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou ape-

nas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem", disse.

No entanto, em áudio revelado antecorrem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Ribeiro fala em dar prioridade a pedidos dos pastores e diz que a liberação de recursos foi "pedido especial" de Bolsonaro.

"A alocação de recursos ocorre seguindo a legislação orçamentária, bem como critérios técnicos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)", afirmou o ministro. ● L.P.

pastor para que o dinheiro fosse transferido. Como não efetuou a transferência, o pedido "não foi protocolado".

No encontro que antecedeu o almoço, o ministro teria afirmado que havia muitos recursos no MEC e estimulou prefeitos a buscarem verbas para seus municípios.

**PROVA.** Um vídeo postado no perfil da prefeitura de Luís Domingues no Instagram comprova que Braga esteve em Brasília e se reuniu com Ribeiro em abril de 2021. "O prefeito Gilberto Braga está nesse (sic) momento em Brasília na reunião dos prefeitos maranhenses com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, senador Roberto Rocha e a equipe do MEC", diz trecho da legenda do vídeo.

O *Estadão* revelou com fotos, vídeos e documentos públicos que os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura têm livre acesso ao gabinete do ministro Milton Ribeiro e participaram de 22 reuniões no MEC.

A reportagem procurou os pastores para questionar sobre o relato de pedido de pagamento. Arilton não quis se manifestar. "Não, não vou comentar", disse. Gilmar Santos não atendeu. O jornal não conseguiu contato com o MEC. Em conversas anteriores com o *Estadão*, os pastores confirmaram que usaram a relação com Ribeiro para abrir as portas do MEC aos prefeitos. E negaram ter pedido contrapartida. ●

## Congresso faz ofensiva para apurar atuação de religiosos no ministério

LAURIBERTO POMPEU  
BRASÍLIA  
RENATA CAFARDO  
SÃO PAULO

A atuação de um grupo de pastores para liberar verbas públicas no Ministério da Educação provocou reações no Congresso, chegou ao Ministério Público, ao Judiciário, ao Tribunal de Contas da União (TCU) e culminou em uma série de pedidos para investigar o titular

da pasta, Milton Ribeiro. Pelo menos uma das ações mira também o presidente Jair Bolsonaro (PL). No fim do dia, deputados e senadores começaram a colher assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com o objetivo de apurar o gabinete paralelo em funcionamento no MEC.

No Congresso, até aliados do governo cobraram uma investigação. "Não pode haver dúvidas com relação à serieda-

de tanto do trabalho do ministro, principalmente da Educação, quanto do ministério", afirmou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Parlamentares afirmaram que vão acionar a Procuradoria-Geral da República para que Ribeiro seja investigado por suspeita de improbidade. Os deputados Kim Kataguirí (União Brasil-SP) e Túlio Gadelha (PDT-PE) protocolaram pedidos para que a PGR apure as denúncias. O pedetista apresentou

requerimento para que Ribeiro seja convocado a prestar esclarecimentos na Câmara.

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), os deputados Felipe Rigoni (União-ES), Tábata Amaral (PSB-SP) e o secretário municipal de Educação do Rio, Renan Ferreirinha (PSD), também entraram com ação na PGR. Em conversa gravada, Ribeiro admitiu dar prioridade ao atendimento a prefeitos que chegam ali por meio dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, como noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*.

**CPI.** Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado Professor Israel (PV-DF) disse estar confiante

na criação da CPI Mista para investigar suspeitas de irregularidades no MEC. Para ser aberta, uma comissão precisa do apoio de 172 deputados e de 26 senadores. A liderança da Minoria na Câmara encaminhou, ainda, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, uma representação contra Bolsonaro e Ribeiro pelos crimes de advocacia administrativa e prevaricação. Em outra frente, uma representação chegou ao TCU.

Ontem, segundo interlocutores, o próprio Ribeiro teria admitido que pode deixar a pasta e indicar o secretário executivo Victor Godoy Veiga para o seu lugar. ● COLABORARAM J.A.S., DAVI MEDEIROS E NATÁLIA SANTOS



## Sobrepçoço

# Licitação do governo prevê pagar até R\$ 732 mi a mais por ônibus escolares

— Área técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aponta preço total inflado em 55% na aquisição de veículos para atender crianças de áreas rurais

ANDRÉ SHALDERS  
BRENO PIRES  
JULIA AFFONSO  
BRASILIA

Uma licitação bilionária do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), marcada para a próxima terça-feira, prevê a compra de ônibus escolares com preços inflados. O alerta partiu de instâncias de controle e da própria área técnica do fundo. Segundo documentos obtidos pelo Estadão, o governo aceita pagar até R\$ 480 mil por um ônibus que, de acordo com o setor técnico, deveria custar no máximo R\$ 270,6 mil. Os recursos sairão de um programa destinado a atender crianças da área rural, que precisam caminhar a pé quilômetros em estradas de terra para chegar à escola.

A operação foi montada dentro do FNDE, que concentra a maior fatia de recursos destinados a investimentos em educação. O fundo é presidido por Marcelo Ponte, que chegou a cargo por indicação do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, de quem foi chefe de gabinete. O processo da concorrência, ao que o Estadão teve acesso, mostra que o FNDE atropelou as orientações dos órgãos de controle e da própria área técnica, que apontaram risco de sobrepreço nos valores dos ônibus que o governo aceita pagar.

## Influência O FNDE é vinculado ao Ministério da Educação, mas é comandado por indicados do Centrão

O pregão permitirá a aquisição de até 3,850 veículos como parte do programa Caminho da Escola. O preço total, ao final da compra, pode pular de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 2,045 bilhões, com aumento de até 55% ou R\$ 732 milhões.

“Entendemos que a discrepância das cotações apresentadas pelos fornecedores em relação ao preço homologado do último pregão (...) implica em aumento não justificado do preço, sem correspondente vinculação com as projeções econômicas do cenário atual”,



Imagem de vídeo divulgada por Ciro Nogueira, em 2020, e o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, indicado por ele

avisou a área técnica do fundo. Em outro parecer, a Controladoria Geral da União (CGU) reforçou: “Observa-se que os valores obtidos (...) encontram-se em média 54% acima dos valores estimados”. Alertas também foram feitos pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Os documentos obtidos pelo Estadão apontam ainda a atuação direta de um dos diretores do órgão, Garigham Amarante, na definição dos valores superestimados. Ele foi indicado para o cargo por Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro. Em ao menos dois despachos, o diretor determina que o prosseguimento do processo, com pequenos ajustes, mas mantendo os preços inflados, apesar dos alertas de sobrepreço.

Mesmo após as ponderações Garigham e Marcelo Ponte assinaram despacho dando prosseguimento ao certame: “Aprovamos o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e a Pesquisa de Preços, bem como autorizamos a reabertura do procedimento licitatório”. O certame chegou a ser suspenso, em fevereiro deste ano. Mas retomada depois pelos dois dirigentes do Fundo.

**INTERESSE POLÍTICO.** Criado pelo Ministério da Educação para ajudar municípios e Estados a diminuir o abandono dos estudantes das salas de aula, o programa tem especial rele-

## Órgão cobiçado

### ● Indicação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é comandado por Marcelo Ponte, um apadrinhado do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira.

### ● Centrão

Um dos líderes Centrão, Ciro Nogueira é homem forte do governo Jair Bolsonaro — o ministro controla a liberação do orçamento. O FNDE ainda conta com indicados do PL, do Republicanos e de outros nomes do Progressistas em suas diretorias.

### ● ‘Banco’

Por concentrar recursos e atuar como uma espécie de “banco” do Ministério da Educação, o FNDE tem seus cargos cobiçados por partidos políticos. Trata-se do maior fundo controlado pelo MEC, com orçamento de R\$ 45,6 bilhões em 2022.

### ● Gabinete paralelo

Como revelou o Estadão, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura faziam lobby no Ministério da Educação para destravar dinheiro público do FNDE para prefeituras. A crise culminou com o pedido de demissão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro.

vância nas regiões rurais de estradas precárias e de difícil deslocamento. Muitos alunos desistem de estudar diante das dificuldades de locomoção.

O programa mobiliza parlamentares interessados em faturar com a entrega dos ônibus em seus redutos eleitorais. No final de 2020, Ciro Nogueira divulgou em suas redes a entrega de ônibus escolares em seu Estado, o Piauí. Nas imagens, o então senador aparece ao lado do seu indicado, o presidente do fundo Marcelo Ponte, e de miniaturas dos veículos. Como ministro, continuou participando de atos de entregas de chaves dos ônibus bancados com re-

ursos do FNDE. O Piauí tem 1 milhão de pessoas na área rural, atendida pelo programa.

O Fundo é órgão vinculado ao Ministério da Educação. Na última segunda-feira, o ministro Milton Ribeiro foi obrigado a deixar o cargo após o Estadão revelar que havia um esquema de cobrança de propina na pasta operado por dois amigos pastores em troca de liberação de dinheiro para creches e escolas.

**PRESSÕES.** O pregão eletrônico para a compra dos ônibus foi iniciado por ordem de Garigham Amarante, que é diretor de Ações Educacionais do Fundo. O edital tem por objeti-

vo criar uma ata de registro de preços para ônibus rurais escolares de quatro tipos — veículos com capacidade para 29, 44 e 59 assentos. No caso do ônibus menor, há dois modelos: um regular e outro com tração nas quatro rodas.

Nesta modalidade, as empresas vencedoras concordam em vender uma certa quantidade de cada um dos ônibus em disputa por um determinado valor — quem oferece o preço mais barato consegue o contrato. Uma vez registrada a ata, os ônibus podem ser comprados por prefeituras e governos estaduais de todo o País pelo preço ajustado, sem necessidade de nova licitação. A sessão virtual em que as empresas farão os lances está marcada para às 10 horas de terça-feira.

Ao recusar o preço máximo original estimado pela área técnica, a diretoria de Garigham Amarante alegou que corrigir os valores pela inflação não refletiria “os impactos da pandemia” e “o aumento do dólar em uma indústria dependente da importação de peças”.

A CGU avisou que o edital poderia favorecer a prática de cartel entre as empresas fornecedoras e recomendou que fosse seguida uma instrução normativa do Ministério da Economia. Pela regra sugerida, o cálculo do preço deveria se basear em valores de licitações anteriores. A diretoria comandada pelo Centrão criou, então, uma nova fórmula de cálculo. Passou a usar um outro indicador de inflação, o IPP, nos custos dos ônibus, além dos valores apontados pelos fornecedores. A alteração do setor, no entanto, pouco mudou o cenário e o valor máximo da licitação foi para R\$ 2,045 bilhões.

Procurados, Ciro Nogueira, e a CGU não se manifestaram. O FNDE não comentou as suspeitas de sobrepreço e disse, em nota, que o pregão “atendeu a todas as recomendações da CGU, inclusive quanto à metodologia de cálculo dos preços estimados, que são sigilosos por recomendação do próprio órgão de controle, que acompanha todas as fases do processo licitatório”. Apesar do que disse o órgão, não há manifestação da CGU no processo administrativo endossando o cálculo final de preços. ●



Ministério da Educação

# Governo abandona obras paradas e monta um esquema de 'escolas fake'

— Com aval do FNDE, controlado pelo ministro Ciro Nogueira, deputados 'vendem' aos seus eleitores a ideia de que conseguiram recursos para construir colégios e creches

BRENO PIRES  
ANDRÉ SHALDERS  
JULIA AFFONSO  
BRÁSILIA

Apesar da falta de recursos para terminar 3,5 mil escolas em construção há anos, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a construção de outras 2 mil unidades. Bom para mostrar no palanque de campanha, o projeto não tem recursos previstos no orçamento, o que deve aumentar o estoque de escolas não entregues pelo governo e esqueletos de obras inacabadas. Mesmo assim, os colégios já são anunciados por deputados e senadores aos seus eleitores.

O esquema de "escolas fake" tem como base o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), controlado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, por meio de um apadrinhado. O fundo precisaria ter R\$ 5,9 bilhões para tocar todas as novas escolas contratadas. Com o orçamento atual, levaria 51 anos para isso. Ao priorizar obras novas em detrimento das iniciadas, o governo fere leis orçamentárias.

## Controle Sob influência de nomes do Centrão, FNDE concentra boa parte das verbas de investimento da educação

Em publicação em seu Instagram, o deputado Zé Mário (MDB-GO) diz aos seus seguidores que conseguiu R\$ 6,93 milhões para construir uma escola rural no interior do município de Morrinhos, em Goiás. "Recurso viabilizado junto ao FNDE", escreveu, com uma foto sua em que aparece sorridente. Na verdade, o governo liberou apenas R\$ 30 mil e não há previsão orçamentária de que o restante do valor sairá. "Eu não tenho como iniciar uma obra desse valor", disse o prefeito Joaquim Guilherme (PSDB). "Com esse pequeno empenho que foi feito aí?" Procurado, o prefeito Zé Mário alegou que a publicação foi erro de sua assessoria.

No Paranaíba, o prefeito do município de Ubatã, Fábio D'Alécio (Cidadania), recebeu auto-



Em Inhumas, Goiás, mato tomou conta da área onde começou a ser construída uma escola; obra parou

rização para construção de uma escola de R\$ 3,2 milhões. Até agora, foram empenhados, isto é, reservados, R\$ 5 mil. "Do ponto de vista global, realmente as contas parecem que não estão casando", afirmou o prefeito ao Estadão. "Dá a impressão de que é um compromisso só político e não técnico. A expectativa minha é a de que o convênio tenha começo, meio e fim. Agora, não tenho como avaliar se isso vai, de fato, acontecer."

Correligionário de Ciro Nogueira, o deputado Vicentinho Junior (Progressistas-TO) disse aos seus eleitores nas redes sociais que conseguiu R\$ 206 milhões para construção de 25 escolas, 12 creches e três quadras poliesportivas para 38 cidades do seu Estado. De inúmeras entrevistas sobre a suposta conquista. Os empenhos (reserva) que ele obteve, contudo, foram de R\$ 5,4 milhões. Valor equivalente a 2,6% do total. Com essa cifra, não é possível construir uma única escola. É mais uma promessa falsa. O volume de recursos ultrapassa tudo o que o FNDE tem para investir este ano de recursos próprios.

**VALORES.** Os números do FNDE expõem como funciona o esquema das "escolas fake". Faltando oito meses para o fim do governo, foram liberados 3,8% dos recursos previstos para a construção das 2 mil escolas e

## Para entender

● **'Pirâmide'**  
Numa espécie de "pirâmide orçamentária", a liberação do dinheiro para a construção de escolas e creches pelo País segue uma lógica de poucos ganhadores.

● **Topo**  
Na parte de cima do esquema, o Palácio do Planalto, por meio do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e a cúpula do Congresso atuam como donos do dinheiro.

● **Zona intermediária**  
Já os congressistas da base de apoio do governo federal obtêm promessas de repasses para seus redutos eleitorais, tendo seus nomes divulgados à exaustão nas redes sociais e blogs das cidades.

creches, sendo que 560 obras receberam apenas 1% dos valores empenhados.

Neste ano, o fundo tem R\$ 114 milhões de recursos próprios. Seriam necessários R\$ 5,9 bilhões para as 2 mil novas escolas que se comprometeu a fazer. Além disso, o governo precisaria de mais R\$ 1,7 bilhão para concluir as 3,5 mil obras em andamento no País. Na última quinta-feira, o

● **Base**  
Mais abaixo, os prefeitos, que vivem pressionados em seus municípios a entregar as obras, agarram-se às promessas de verba mesmo sem a existência de uma reserva orçamentária.

● **Ponta**  
Por fim, na ponta dessa pirâmide, está a parcela que terá prejuízo certo: estudantes, pais e professores, iludidos com a ampliação prometida da rede pública de ensino.

● **Promessa**  
Estão prometidas pelo menos 2 mil novas escolas, mas há 3,5 mil obras inacabadas. O FNDE dispõe, este ano, de R\$ 114 milhões de recursos próprios para investimentos; para concluir as novas escolas, seriam necessários R\$ 5,9 bi. E R\$ 1,7 bi para concluir as inacabadas.

presidente do FNDE, Marcelo Ponte, apadrinhado de Ciro Nogueira, disse na Comissão de Educação do Senado que a prioridade do órgão é terminar obras inacabadas. E omitiu os novos termos de compromisso. "A prioridade é executar obra inacabada?", perguntou o senador Randolf Rodrigues (Rede-AP). "Obra inacabada", respondeu Ponte. As prioridades para realiza-

ção de novos empreendimentos atendem a critérios políticos, com a necessidade de aprovação de Ciro Nogueira. Como o Estadão tem mostrado, o fluxo de verbas do FNDE prioriza redutos do partido do ministro, o Progressistas.

O advogado e professor Heleno Taveira Torres, titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo, disse que essa previsão, além da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), está presente também na Constituição Federal. "Os empenhos picados, sem créditos orçamentários, fere a Lei 4.320. É algo muito grave."

A professora Elida Graziane Pinto, da FGV, afirmou que "alocar recursos sabidamente insuficientes para obras novas, quando há um saldo significativo de obras paralisadas, ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias". "É uma alocação gerencialmente irracional e fiscalmente irresponsável que apenas atende ao curto prazo eleitoral dos que desejam tão somente inaugurar placas", disse Elida.

**PASTORES.** O esquema de distribuição a conta-gotas de recursos para novas obras soma-se a outros casos de captura da área da educação no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). Na gestão do então ministro Milton Ribeiro pastores circulavam com desenvoltura no MEC, intermediavam recursos e cobravam propina, como relataram prefeitos ao Estadão. As cobranças eram feitas até em ouro. Ribeiro deixou o cargo.

No FNDE, órgão que concentra boa parte das verbas de investimento da área, Ciro Nogueira exerce influência política. O presidente do fundo, Marcelo Ponte, foi seu assessor. Outro diretor do órgão, Garigham Amarante, chegou ao cargo apadrinhado pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Os dois patrocinaram licitação para compra de ônibus escolares com preços inflados. Após o Estadão revelar o risco de sobrepreço no leilão, o governo ajustou a cotação dos veículos. O certame está embargado pelo Tribunal de Contas da União. Procurado, o FNDE não quis comentar. ●